

Duarte e Silva Advogados Associados

Av. Maria Rosa 58, Manaira, João Pessoa/PB
(83) 35128500. (83) 987326361. (83) 986602858.

PROCURAÇÃO "AD - JUDICIA ET EXTRA"

OUTORGANTE:

CONTRATANTES:

NOME José Ednaldo Da Silva TELEFONE (83) 98682-6030
ESTADO CIVIL União Estável PROFISSÃO Pedreiro
CPF 768.251.404-34 RG 1446324 ENDEREÇO Rua Ailton
Medeiros R. Moraes, SN / 1A 71, BL 30 AP 102 - Gramma

Pelo presente instrumento de procuração, nomeia e constitui seus procuradores, Pelo presente instrumento de procuração, nomeia e constitui seus procuradores, **JOSÉ EDUARDO DA SILVA OAB/PB 12.578**, e **ALEXANDRA CESAR DAURTE OAB/PB 14.438** com escritório profissional sito à Avenida João Machado 399, sala 01, Centro, João Pessoa, Paraíba.

Ficam conferidos a ele(s), amplos poderes para praticar todos os atos de processos judiciais e extrajudiciais de representação e defesa em qualquer Juízo, instância ou tribunal, perante quaisquer pessoas de direito público, seus órgãos, ministérios, desdobramentos e repartições de qualquer natureza, inclusive autarquias e entidades paraestatais, quaisquer pessoa jurídica de direito privado, sociedade de economia mista ou pessoa física em geral, outorgando poderes para: receber citação inicial, confessar, reconhecer a procedência do pedido, desistir, transigir, assinar documentos, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, inclusive levantar/receber alvarás judiciais, conjunta ou separadamente, junto aos cartórios do poder judiciário deste Estado, podendo ainda, substabelecer esta a Outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso sempre no interesse do outorgante.

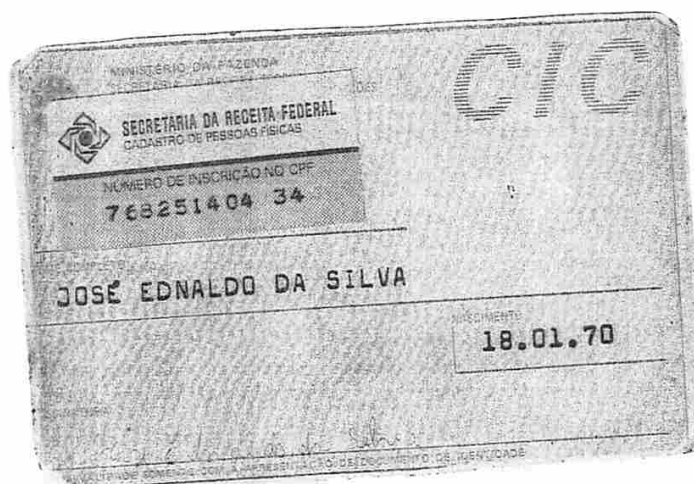
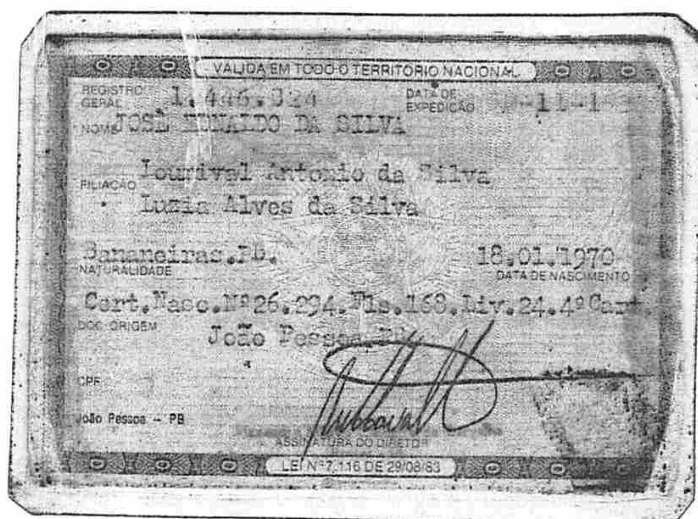
GRATUIDADE JUDICIÁRIA

Declara ainda o outorgante que é necessitado na forma da Lei, cuja situação econômica não lhe permite pagar custas e honorários sucumbenciais, sem prejuízo do seu sustento ou da sua família, e, portanto, solicita os benefícios da JUSTIÇA GRATUITA.

João Pessoa, 23 de julho de 2019

(OUTORGANTE) José Ednaldo Silva





RAIMUNDA DA SILVA LIBERATO
RUA ALTON MEDEIROS DE MORAIS, S/Nº C 71 EL 30 AP 102 - GRAMAME
JOAO PESSOA / PB CEP: 58088280 (AG: 1)

Emissão: 04/12/2018 Referência: Dez / 2018

Classe/Subclasse: RESIDENCIAL / BAIXA RENDA MONOFÁSICO 9x230 Km25 - Orçamento Redentor - João Pessoa / PB - CEP 58071-600
Roteiro: 1-2-901-5 Nº medidor: 0000850815

ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
CNPJ: 09.056.153/0001-40 Ins. Est. 16.015.023-2

Nota Fiscal: Conta de Energia Elétrica Nº 016.500.439
Cód. para Ddb. Automático: 00016758840

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a	Apresentação	Data prevista da próxima leitura	CPF/ CNPJ/ RANI
Dez / 2018	04/12/2018	04/01/2019	033.969.194-83 Insc. Est.

UC (Unidade Consumidora): 5/1575884-0

Canal de contato

- Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pelo Lei nº 10.438, de 28 de abril de 2002.
- Exercício de apresentação do Reserva 2018 de 19 a 14 de dezembro de 2018.
Reservista, apresente-se na sua Organização M4tar

Anterior		Atual		Constante	Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura			
05/11/18	7355	04/12/18	7504		139	29
Demonstrativo						
CCI	Descrição	Quantidade	Tarifa	Valor Base Calc. Alíq. (R\$)	Base Calc. (R\$)	Valor (R\$)
Tributos Totais (R\$) ICMS (R\$) ICMS						
0801	Consumo até 30 kWh-BR	30,000	0,287890	8,63	8,63	0,09
0801	Consumo - 31 a 100 kWh-BR	70,000	0,402540	28,18	28,18	0,37
0801	Consumo - 101 a 220 kWh-BR	39,000	0,740200	28,87	28,87	0,31
0801	Adic. B. Amarela			1,26	1,26	0,01
0810	Subsídio			-47,36	-47,36	0,00
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS						
0807	CONTRIB. SERV. ILUM. PÚBLICA			2,93	2,93	0,00
0804	JUROS DE MORA 10/2018			0,00	0,00	0,00
0804	JUROS DE MORA 11/2018			0,00	0,00	0,00
0805	MULTA 10/2018			1,80	1,80	0,00
0805	MULTA 11/2018			2,10	2,10	0,00
0805	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA 10/2018			0,77	0,77	0,00
0805	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA 11/2018			0,49	0,49	0,00
0806	Devolução Subsídio			-31,70	-31,70	0,00

CCI: Código de Classificação do Consumidor
Média últimos meses (kWh) 134
VENCIMENTO 11/12/2018
TOTAL A PAGAR R\$ 98,44

Histórico de Consumo (kWh)
157 | 162 | 123 | 147 | 154 | 112 | 118 | 123 | 91 | 115 | 144 | 154
Dez/17 Jan/18 Fev/18 Mar/18 Abr/18 Mai/18 Jun/18 Jul/18 Ago/18 Set/18 Out/18 Nov/18

RESERVADO AO FISCO

5b21.8850.3718.feb.7bb1.cff1.ebd3.0d8e.

Indicadores de Qualidade				Composição do Consumo	
Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)		Discriminação	Valor (R\$)
DIC MENSAL 5,31	0,00	NOMINAL 0,00		Serviço de Distribuição de Energia Elétrica	17,00
DIC TRIMESTRAL 10,62				Consumo de Energia	24,77
DIC ANUAL 21,25				Serviço de Transmissão	3,70
FIC MENSAL 3,00	0,00			Energia Setorial	2,11
FIC TRIMESTRAL 6,00		CONTRATADA LIMITE INFERIOR 0,00		Impostos, Custos e Encargos	46,48
FIC ANUAL 13,20		LIMITE SUPERIOR 2,01		Outros Serviços	0,00
DMC 3,03	0,00			Total	98,42
DICR 12,22					100,00

ATENÇÃO

Sua unidade foi faturada com Bônus Fatores, tendo um desconto de R\$ 0,02.

Faturas em atraso

VENCIMENTO 11/12/2018
TOTAL A PAGAR R\$ 98,44

Roteiro: 1-2-901-3427

Matrícula: 1575884-2018-12-5

836000000000-7 98440149000-3 15758842018-0 12500002019-3





CERTIDÃO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIA

Nº 02139.01.2018.1.00.420

CERTIFICO, em razão de meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, o Registro de Ocorrência Policial Nº 02139.01.2018.1.00.420, cujo teor agora passo a transcrever na íntegra: À(s) 10:00 horas do dia 07 de novembro de 2018, na cidade de João Pessoa, no estado da Paraíba, e nesta Delegacia Especializada de Acidentes de Veículos da Capital, sob responsabilidade do(a) Delegado(a) de Polícia Civil Alberto Jorge Diniz e Silva, matrícula 1331957, e lavrado por José Saulo Araujo Negreiros, Agente de Investigação, matrícula 1372611, ao final assinado, compareceu **José Ednaldo da Silva**, RG nº 1446924 SSP/PB, nacionalidade brasileira, estado civil união estável, identidade de gênero masculino, profissão Pedreiro, filho(a) de Luzia Alves da Silva e Lourival Antonio da Silva, nascido(a) em 18/01/1970 (48 anos de idade), residente e domiciliado(a) no(a) Ailton Medeiros de Moraes, complemento QD 71 LOTE 30 APT 102, bairro Gramame, tendo como ponto de referência Caixa de Água, na cidade de João Pessoa/PB, telefone(s) para contato (83) 98682-6030.

Dados do(s) Fatos:


Local: Diogenes Chianca, Transnacional, João Pessoa/PB, bairro Água Fria; Tipo do Local: via/local de acesso público (rua, praça, etc); Data/Hora: 06/06/17 06:00h. Tipificação: em tese, capitulada no(s) **LEI 9.503/97 ART. 303: LESÃO CORPORAL NO TRÂNSITO.**

E NOTIFICOU O SEGUINTE:

QUE trafegava com o pas/ moto HYPE 50C preta JONNY, tipo ciclomotor, ANO E MODELO; 2010/2011, Chassi nº LHJXCBLD4B0215870, serial A, MOTOR 199FMB11A16772, registrado em nome de Reginaldo Moreira da Silva -cpf Nº 071.015.894-72; QUE segundo o notificante seguia normalmente e que ao parar o veículo em um cruzamento foi atingido por um ônibus da empresa transnacional (passageiros), não sabendo especificar o prefixo nem placa do mesmo; QUE segundo o notificante ao ser atingido foi jogado, que não sabe dizer se o motorista prestou assistência no momento; Que devido ao fato veio a lesionar-se conforme LAUDO MÉDICO EXPEDIDO PELO DR. JOSÉ DE ALMEIDA BRAGA, CRM 2329/PB, DATADO DE 08/10/2018, do Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena, para onde foi socorrido(a) pelo SAMU; Que não deseja representar criminalmente; Que no momento não tem testemunhas a indicar. CID 10

Sendo o que havia a constar, cientificado(a) o(a) declarante das implicações legais contidas no Artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lida e achada conforme, expeço a presente Certidão. A referida é verdade. Dou fé.

João Pessoa/PB, 07 de novembro de 2018.


JOSÉ SAULO ARAUJO NEGREIROS
Agente de Investigação


JOSÉ EDNALDO DA SILVA
Notificante

Procedimento Policial: 02139.01.2018.1.00.420





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA
DIVISÃO MÉDICA



LAUDO MÉDICO

INFORMAÇÕES PESSOAIS

NOME DO PACIENTE	JOSE EDNALDO DA SILVA
DATA DE NASCIMENTO	18/01/70
NOME DA MÃE	LUZIA ALVES DA SILVA

DADOS EXTRAÍDOS

BOLETIM DE ENTRADA N.º	1.005.387
DATA DO ATENDIMENTO	06/06/17
HORA DO ATENDIMENTO	06:47
MOTIVO DO ATENDIMENTO	ACIDENTE DE MOTOCICLETA
DIAGNÓSTICO (S)	FRATURA DE CLAVÍCULA DIREITA
CID 10	S42.0 + V23.2

AVALIAÇÃO INICIAL:

Dados extraídos do Boletim de Entrada. Paciente foi atendido neste Serviço, vítima de acidente de motocicleta, consciente, orientado, com dor na clavícula direita. Sem traumatismo cranio-encefálico. Nega perda da consciência. Sem outras queixas. Presença de fratura de clavícula direita, sem indicação de tratamento cirúrgico.

EXAMES SOLICITADOS/REALIZADOS:

RX de clavícula direita

RESULTADOS DOS EXAMES:

Fratura de clavícula direita.

TRATAMENTO:

Tratamento incruento da fratura. Acompanhamento ambulatorial.

ALTA HOSPITALAR:	06/06/17
DATA DA EMISSÃO:	08/10/18

Dr. José de Almeida Braga
CRM: 2329/PB

ATENÇÃO: Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar para: DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO e CONTINUIDADE DE TRATAMENTO





Poder Judiciário da Paraíba
9ª Vara Cível da Capital

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0844317-09.2019.8.15.2001

DESPACHO

Vistos, etc.

Inicialmente, defiro a justiça gratuita.

Recebo a inicial vez que presentes os requisitos previstos no art. 319 e seguintes do CPC.

Diante das especificidades da causa e de modo a adequar o rito processual às necessidades do conflito, vez que se trata de ação de cobrança de DPVAT, onde a Seguradora somente concilia após realização de perícia, deixo para momento oportuno a análise da conveniência da audiência de conciliação, nos termos do art. 139, IV do CPC/2015, Enunciado 35 da ENFAM¹ e calcado direito fundamental constitucional à duração razoável do processo e dos meios que garantam sua celeridade de tramitação (art.5º, LXXVIII da CF).

Cite-se e intime-se (do item supra) a parte Ré para contestar o feito no prazo de 15 (quinze) dias úteis, advertindo-se que a ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. A presente citação é acompanhada de senha para acesso ao processo digital, que contém a íntegra da petição inicial e dos documentos. Tratando-se de processo eletrônico, em prestígio às regras fundamentais dos artigos 4º e 6º do CPC, fica vedado o exercício da faculdade prevista no artigo 340 do CPC.

Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de quinze dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção).

Via digitalmente assinada deste *decisum* poderá servir como carta/mandado.



Citações e intimações necessárias. Cumpra-se.

JOÃO PESSOA, 14 de agosto de 2019.

Juiz(a) de Direito

¹Enunciado 35, ENFAM: Além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139, VI, do CPC/2015, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adaptá-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo.



Poder Judiciário da Paraíba
9ª Vara Cível da Comarca da Capital
Av. João Machado, s/n, Jaguaribe, João Pessoa/PB - 4º ANDAR
CEP: 58.013-520 / Tel.: (83)-3208-2479

CARTA DE CITAÇÃO

Nº DO PROCESSO: 0844317-09.2019.8.15.2001
CLASSE DO PROCESSO: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
ASSUNTO(S) DO PROCESSO: [ACIDENTE DE TRÂNSITO]
A U T O R : J O S E E D N A L D O D A S I L V A
RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.
Endereço: R SENADOR DANTAS, n 74, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-203

De ordem do(a) Excelentíssimo(a) MM Juiz(a) de Direito desta 9ª Vara Cível da Comarca da Capital, manda a quem este for entregue, que, em cumprimento a este, proceda a Citação e intimação (do item supra) a parte Ré para contestar o feito no prazo de 15 (quinze) dias úteis, advertindo-se que a ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. A presente citação é acompanhada de senha para acesso ao processo digital, que contém a íntegra da petição inicial e dos documentos. Tratando-se de processo eletrônico, em prestígio às regras fundamentais dos artigos 4º e 6º do CPC, fica vedado o exercício da faculdade prevista no artigo 340 do CPC;

João Pessoa, em 17 de outubro de 2019

De ordem, VIRGINIA LUCIA GUEDES MONTEIRO
Técnico Judiciário

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK: <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> NO CAMPO
"Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO: Número do documento: 19080618112824400000022570158